

A coisa aí está preta, pá...

1. - A corrupção é um mal endémico, nestes tempos de *capitalismo do crime sistémico*. E, no Brasil, segundo as notícias que vêm a público, ela compromete políticos de vários partidos. Eu não desculpo corruptos nem defendo que são ‘melhores’ os que se deixam corromper por pouco do aqueles que só se deixam corromper por muito. Mas a minha firme convicção é a de que, no caso brasileiro atual, o que move os ‘justiceiros’ (juízes e políticos) não é a vontade de combater a corrupção.

Fazendo fé no que dizem os *media*, os que agora se apresentam como ‘justiceiros’ são mais corruptos e mais perigosos do que aqueles que eles pretendem ‘condenar’ por corrupção. Sabemos que o combate à corrupção sempre foi uma das bandeiras dos movimentos de extrema direita. O Brasil de hoje não foge à regra.

E não foge à regra também quanto a outro ponto: quase sempre, as grandes ações de propaganda contra a corrupção são organizadas e financiadas pelos corruptos de grande calibre e pelos meios de comunicação ao seu serviço e não visam acabar com a corrupção, mas esconder estes corruptos, que se querem fazer passar por *peessoas acima de toda a suspeita*. Ora no Brasil a campanha contra a Presidente Dilma foi sempre identificada como integrando a campanha contra a corrupção (nomeadamente no âmbito da Operação Lava Jato). No entanto, tanto quanto sei, ainda ninguém acusou a Presidente Dilma de corrupção, mas todo o mundo sabe que o ‘golpe’ para a afastar do poder foi executado por deputados e senadores comprometidos com a grande corrupção (alguns implicados na Operação Lava Jato e em outros processos, vários deles já com acusação formulada).

Por razões que se prendem com estes processos, o ex- Presidente da Câmara dos Deputados acabou por ser afastado do cargo pelo STF, ficando por explicar a razão de tanta demora na tomada desta decisão, que poderia ter poupado a democracia brasileira à nódoa que representou o facto de ser ele a presidir à sessão da Câmara que abriu caminho ao processo de *impeachment*, depois de ter manobrado nos bastidores para conseguir os votos necessários para dar início ao processo no Senado.

2. - No que me diz respeito, suspeitei, desde o início, que a tentativa de afastar a Presidente da República escondia um plano que visava conseguir um ‘resultado espetacular’, para depois ‘congelar’ a investigação da corrupção (na Petrobras e em

outros domínios) e impedir que voltassem à ribalta casos mais antigos que podem comprometer muita ‘gente de bem’. É verdade que, durante os governos liderados pelo PT, a corrupção não cessou e envolveu certamente alguns responsáveis do PT; mas, se não erro, também é verdade que, nunca como hoje, as autoridades competentes tiveram condições para investigar os casos de corrupção e levar os arguidos a julgamento. E isto pode estar a assustar muita gente que se julga acima da carne seca...

Por confissão de implicados de alto nível no *golpe palaciano* comandado por Eduardo Cunha, sabemos hoje, de ciência certa, que o afastamento da Presidente Dilma visava exatamente acabar com a ‘sangria’ da investigação da Operação Lava Jato (os comentários gravados do ex-ministro Jucá e do ex-Ministro da Transparência, afastado por ser demasiado ‘opaco’, são inequívocos a este respeito).

Outras declarações destes senhores são ainda mais graves, porque pretendem associar à manobra anti-democrática contra a Presidente do Brasil altos comandos militares e mesmo Juízes do STF. Admito que não falem verdade. Mas então é necessário que as autoridades competentes chamem estes senhores à responsabilidade, como deveriam tê-lo feito relativamente ao Juiz Moro (que cometeu o crime de, à margem da lei, gravar conversas telefônicas da Presidente da República e autorizar a sua divulgação em momento ‘oportuno’ para os ‘golpistas’).

3. - Pelo que tenho lido e ouvido, não vejo que haja motivo sério para o *impeachment*. Mas a verdade é que não sei se o Senado vai ou não confirmar o afastamento da Presidente Dilma. Apesar de ser bastante crítico da sua governação (em especial das opções que tomou após a eleição para o 2º mandato), gostaria que tal não acontecesse, por ser solidário com o voto dos 54 milhões de brasileiros que a elegeram e por rezear que o seu afastamento definitivo possa abrir uma crise no País de consequências incalculáveis, no plano político, no plano social e no plano económico. Quem semeia ventos só pode colher tempestades!

Como é próprio de um estado de direito democrático, todos os órgãos de soberania têm de exercer as suas competências no quadro da Constituição. A Câmara dos Deputados e o Senado brasileiros não constituem exceção, pelo que a sua deliberação nesta matéria não pode deixar de ser (diria que por maioria de razão) uma deliberação jurídico-constitucionalmente vinculada. Se assim não fosse, haveria o risco sério de que o *processo de impeachment* viesse a ser equiparado a uma *moção de*

censura, sabendo nós que se trata de institutos completamente diferentes e que a confusão entre elas pode causar danos gravíssimos à estabilidade democrática da vida política no Brasil. Penso, por isso, que, em última instância, cabe ao STF (que exerce funções de Tribunal Constitucional) decidir da constitucionalidade ou inconstitucionalidade das deliberações tomadas, no âmbito do processo de *impeachment*, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

4. - O processo em curso no Brasil encerra perigos enormes para a democracia, com graves prejuízos para o Brasil, mas também para a América Latina e para todo o mundo, dada a importância do Brasil no contexto atual.

E estes perigos são hoje mais perceptíveis, à medida que vão ficando claros os objetivos do *governo interino*, questionáveis desde logo por ser muito duvidoso que um vice-presidente em exercício (que só ocupa o cargo porque a Presidente ganhou as eleições) tenha legitimidade para substituir o programa de governo da Presidente (que obteve o apoio da maioria dos brasileiros) por um programa que ninguém sufragou (e que, quero acreditar, a maioria dos brasileiros não sufragaria).

Os objetivos neoliberais (reacionários) deste ‘governo’ constam da *Ponte para o Futuro*, uma ‘ponte’ construída pelos Eduardo Cunha do PMDB, que é, em boa verdade, uma *ponte para o passado* (foi muito doloroso ouvir um deputado apoiante do *impeachment* glorificar ao torturadores da tempo da ditadura militar).

Esses objetivos foram anunciados nas patéticas declarações de voto proferidas por grande número de deputados na noite de 17 de abril, um *reality show* transmitido em direto pela TV para todo o mundo, para vergonha do povo brasileiro, para vergonha de todos os amigos do Brasil, para vergonha de todos os democratas (em primeiro lugar, dos democratas brasileiros).

Os objetivos deste ‘governo’ foram expostos pelo Ministro das Relações Exteriores, José Serra, em discurso proferido na tomada de posse ou pouco depois. No fundo, trata-se de destruir a atuação muito positiva no âmbito da política externa dos governos liderados pelo PT: fim do ‘protetorado’ exercido pelo FMI; reforço do entendimento, da cooperação e da solidariedade entre os povos da América Latina, enfrentando o *Big Brother* norte-americano (o caso da ALCA é um exemplo significativo); construção de um poder compensador à escala mundial, nomeadamente pela presença prestigiada no grupo dos BRICS; luta pela transferência de tecnologia

entre países com diferentes níveis de desenvolvimento; defesa da paz e do desarmamento; intervenção no sentido da reforma e da democratização da ONU; defesa do ambiente; ação no sentido de trazer para o primeiro plano a luta contra a pobreza.

O que Serra deixou claro é que os interesses (internos e externos) que estão por detrás deste ‘governo’ querem retomar o caminho da submissão aos EUA, e da correspondente hostilidade aos regimes progressistas da América Latina.

Está hoje claro também que, se o povo lho permitir, os ‘amigos’ brasileiros do grande capital internacional se propõem privatizar a Petrobras (já fizeram o mesmo com a Vale do Rio Doce!), e os Correios, e as empresas públicas de eletricidade, e o Banco do Brasil, e o BNDES, e os recursos do pré-sal. E todos os setores estratégicos na ótica de um Brasil soberano e independente, capaz de se desenvolver autonomamente em benefício do seu povo.

5. - A democracia nunca é uma conquista definitiva: é uma flor delicada, que tem de ser cuidada todos os dias, com empenho e carinho.

A democracia brasileira vive hoje momentos muito difíceis, que exigem a intervenção organizada do povo, com estruturas capazes de fazer o diagnóstico correto da situação e de traçar os objetivos que assegurem uma solução democrática para os problemas da hora presente.

A luta de massas é um fator determinante para derrotar as manobras da direita, que quer ganhar o poder sem o ter ganho nas urnas. E, tanto quanto me é dado observar, o ‘governo Temer’ tem cada vez menos apoiantes, aumentando simultaneamente o número daqueles (com especial destaque para os jovens) que vão ganhando consciência política e se vão organizando nos movimentos de resistência popular.

Os partidos de esquerda, a começar pelo PT, têm o dever (o dever patriótico) de analisar à lupa a vida política destes últimos doze anos, sem esconder nada do que foi feito de positivo, mas sem deixar de reconhecer, abertamente, tudo aquilo que foi negativo, tudo aquilo que foi mal feito. Fazer isto não é um sinal de fraqueza. É, em primeiro lugar, um sinal de honestidade política (não é fiável um político incapaz de reconhecer os erros próprios). É, em segundo lugar, a condição indispensável para se operarem as mudanças políticas necessárias (e muita coisa tem que mudar).

É tempo de resistência este nosso tempo. E, em tempo de resistência, é essencial a unidade de ação de todos os democratas, isto é, de todos os que querem um *governo*

para o povo e, acima de tudo, um *governo do povo*. Só um governo profundamente ligado às grandes massas trabalhadoras pode ter força e autoridade democrática para realizar as profundas reformas de que o Brasil carece.

Em primeiro lugar, uma reforma que ponha de pé um estado moderno, liquidando o atual estado de *ancien régime* (verdadeiro *estado feudal*), ocupado e apropriado (em propriedade feudal geradora de *rendas de tipo feudal*) por uma elite que extrai dele, *legalmente*, privilégios insustentáveis e inadmissíveis.

Em segundo lugar, uma profunda reforma do sistema político (lei eleitoral, lei dos partidos...), no âmbito da qual é indispensável incluir a modificação do regime da comunicação social, cujo monopólio não pode constituir um ‘poder político’ mais forte do que o *poder político democrático*, legitimado pelo voto popular.

E também a reforma agrária, a valorização da escola pública, a reforma do sistema financeiro, que acabe de vez com os privilégios dos ‘investidores’ nos mercados financeiros e dos rendistas beneficiários das taxas de juro agiotas da dívida pública.

6. - Este texto é um simples gesto de solidariedade com o povo brasileiro e com todos os meus Amigos brasileiros, que lutam em defesa da democracia, contra a corrupção e contra todos os males que a enfraquecem.

É tempo de resistência, Amigos. É tempo de luta também. E não há tempo a perder, como ensina Geraldo Vandré, vítima dos torturadores da ditadura militar: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Porque – é o Chico Buarque que no-lo diz – “quem espera nunca alcança.”

Coimbra, 13 de junho de 2016

António José Avelãs Nunes

(Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra)